

Educação e Alfabetização Midiática Informacional: a Escola na Formação Crítica do Leitor Multimídia Contemporâneo¹

Daniela RIBEIRO²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA

RESUMO

A educação e a comunicação, enquanto campos teóricos de estudo, mantém um intenso diálogo, no pensamento de que ambos os campos convergem para o olhar de que a recriação das práticas educacionais acontecem a partir do desvelamento do processo de recriação do tecido social. Qual o lugar da alfabetização midiática e informacional (AMI) no cenário contemporâneo da educação no Brasil? Em que medida esse processo impacta na formação e desenvolvimento de novos modos de ler? Essas são as questões que pretende-se desenvolver neste artigo. Para tanto, busca-se delimitar a alfabetização midiática e informacional e traçar um breve panorama das suas estruturas formativas aqui no Brasil, com foco na aplicação de tecnologias digitais de comunicação e informação no contexto educativo. Utiliza-se a metodologia de revisão bibliográfica, propondo um diálogo entre os referenciais teóricos nessas áreas, além da apresentação de estudo de caso desenvolvido pelo Observatório Rede Cidadã, em uma turma do grupo 5 do ensino infantil (crianças de 5 anos) da Escola João Paulo I, na cidade de Feira de Santana – BA. À partir desse estudo de caso, pretende-se evidenciar o contexto dialógico em que o processo de alfabetização está inserido, fazendo com que os indivíduos, desde a primeira infância, possam reconhecer-se enquanto atores e protagonistas do processo social em que estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Comunicação; Alfabetização Midiática e Informacional; Redes.

1. Introdução

A área da Educomunicação³, enquanto campo teórico e conceitual, dialoga diretamente com o exercício cotidiano de formar cidadãos críticos e comprometidos com a melhoria dos processos de transformações sociais pelos quais passamos.

A temática aqui abordada – Educação e Alfabetização Midiática e Informacional – está inserida em um contexto contemporâneo em que a informação assume papel estratégico nos grupos sociais em todo o mundo e saber ler esse código midiático e

¹ Trabalho apresentado na DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Mestra e Docente no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e-mail: danielacontato@gmail.com.

³ campo teórico-prático que propõe uma intervenção a partir de algumas linhas básicas como: educação para a mídia; uso das mídias na educação; produção de conteúdos educativos; gestão democrática das mídias; e prática epistemológica e experimental do conceito.

informacional exige um saber para além da alfabetização normativa: exige amplas competências, repertório simbólico e conhecimento das mídias de massa e tecnológicas.

O objetivo deste artigo é analisar qual o lugar da alfabetização midiática no cenário contemporâneo da educação no Brasil e entender em que medida esse processo impacta na formação e desenvolvimento dos novos modos de ler na contemporaneidade. Para tanto, pretende-se delimitar o que chamamos aqui de alfabetização midiática e informacional e quais as principais abordagens apresentadas; caracterizar a leitura na cibercultura e qual a sua relação com o desenvolvimento dos meios tecnológicos digitais e por fim apresentar o estudo de caso, o projeto Comunica Aí, desenvolvido pelo Observatório Rede Cidadã na Escola João Paulo I, voltado para a inserção de atividades que estabeleçam o diálogo sobre os meios de comunicação e a mídia, para crianças do ensino infantil.

Para coleta de dados e material teórico referencial, foi utilizado o método qualitativo, de revisão bibliográfica e estudo de caso. Dados e informações foram coletados a partir de entrevistas e feedback das crianças e pais ao longo do processo. Um videodocumentário foi produzido a partir dessa vivência, e pode ser assistido no link: <<https://observatorioredecidada.com>>.

2. Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)

Um novo debate acerca de uma reconceitualização da alfabetização vem sendo proposto desde que as mídias adentraram o universo social e passaram a servir como fontes de informação para os mais diversos grupos. A penetração e quantidade de meios de comunicação disponíveis tem exigido esforços cada vez maiores no sentido de entender, pesquisar e mensurar qual o impacto disso no modo de absorvermos informações e nos relacionamos uns com os outros.

Para a autora e pesquisadora Hobbs (2017):

De bebês de poucos meses a idosos, todas as faixas etárias têm intenso contato com mídia e tecnologia, intensificado com o advento dos smartphones. Consumir informações virou parte da rotina desde a mais tenra idade. O problema é que, muitas vezes, as pessoas apenas acessam plataformas e dados sem ter postura crítica e reflexiva.

E esse acesso, casual e pouco reflexivo, impacta diretamente na tomada de decisões e ações por parte do indivíduo, pouco preparado para realizar leituras que exijam um maior grau de complexidade dentro do atual cenário das mídias informativas. O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de opinar livremente e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”. O que torna ainda mais fundamental a necessidade dos sistemas políticos e educacionais promoverem uma compreensão crítica para leitura dos meios, proporcionando ao cidadão um olhar mais aprofundado e participativo no meio comunicativo (Unesco, 2013).

Ainda segundo documento produzido pela Unesco, em parceria com educadores em todo o mundo, a Declaração de Grunwald (1982) e a Declaração de Alexandria (2005) também foram importantes passos para o reconhecimento global da importância de se colocar a alfabetização midiática e informacional no centro da educação continuada. Segundo estudiosos da área, referenciados neste material citado, a AMI:

empodera as pessoas de todos os estilos de vida a procurar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingirem suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. Trata-se de um direito humano básico em um mundo digital que promove esforços em direção a inclusão social em todas as nações (Unesco, 2013).

A alfabetização midiática e informacional incorpora ensinamentos importantes sobre a importância da mídia no atual cenário social, das bibliotecas, da curadoria, de como as mídias jornalísticas estão estruturadas, qual o caminho percorrido para construção de uma notícia e quais as implicações da veiculação de notícias que não atentem aos critérios básicos de neutralidade, objetividade e relevância social. É fundamental, portanto, o estabelecimento de um diálogo social que inclua mídias e formação de cidadãos como “pessoas capazes de pensar com suas cabeças e de participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática” (BARBERO, 2014, p.10).

Uma outra vertente de atuação também igualmente importante, está no fortalecimento do sistema educativo, para que ele acompanhe a atual mudança paradigmática: deixe de ser um modelo escolar fixo, fechado em suas certezas e

referenciais ultrapassados e que não dialoga com a contemporaneidade. Que passe a ser formativo: deixe de ser sistema para tornar-se rede educativa. Para Castells (1998), “a idade de aprender são todas e o lugar pode ser qualquer um”.

Barbero (2014, p. 11) nos alerta que “a escola e a universidade são os espaços onde se produz a mais ampla e permanente transformação da cotidianidade social e cultural cujos protagonistas estão excluídos” já que muitas vezes não conseguem chegar e/ou permanecer nesses espaços de referência do saber. Lévy nos traz a ideia de que “vivemos um desses raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, quer dizer, de uma nova relação com o cosmos, um novo estilo de humanidade é inventado” (LEVY, 1999, p. 17), referindo-se diretamente aos impactos da tecnologia digital no universo da educação e em particular, do letramento. Para o autor, falar em alfabetização midiática e informacional e ainda, vislumbrar a ideia de que incorporamos o ingrediente tecnológico ao complexo contexto das formas contemporâneas de aprendizagem, que inclui a midiática e informacional, não descarta outros modos de ler o mundo.

Desse modo, entende-se que a alfabetização midiática e informacional no século 21 abarca pelo menos, três principais eixos norteadores, como anteriormente citados: 1. A AMI como direito fundamental de todo e qualquer cidadão como forma de assegurar o seu amplo desenvolvimento na sociedade contemporânea; 2. A AMI como ferramenta para o fortalecimento do sistema educativo, colaborando com o seu deslocamento de sistema para a ideia de formação de redes educativas ubíquas; 3. A AMI como ponte para o adentramento tecnológico e base de desenvolvimento dos novos modos de ler na contemporaneidade, aqui delimitados como ações de letramento digital.

É o que será discutido no tópico a seguir, inserido no grande campo teórico da Cibercultura.

3. Os modos de ler na cibercultura

Essas ações de letramento digital, entendidas aqui como os modos de ler contemporâneos que envolvem um sistema simbólico e tecnológico (KLEIMAN, 1995), são o atual panorama sócio-cultural de construção e desenvolvimento de saberes. Jenkins (2009) nos traz a ideia de que as tecnologias digitais modificam os contextos sociais a partir de três pilares: convergência tecnológica das mídias, cultura participativa e inteligência coletiva (LÉVY, 2009).

Antes, porém, de adentrarmos no tripé conceitual aqui delimitado, faz-se necessário dialogar acerca da cibercultura. Levy define-a como “o surgimento de um novo universal, diferente das formas que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer” (LÉVY, 1999, p. 15).

É nesse cenário que estabelecem-se os saberes universais e é nele que reconfiguramos, a partir dos nossos modos de leitura e escrita, os nossos repertórios diante do mundo, e mais: a nossa existência neste mundo. Barbero fala que a partir de um entendimento das mediações/ mídias no cenário da cibercultura, “a justiça é o direito à palavra pois é a possibilidade de ser sujeito em um mundo onde a linguagem constitui o mais expressivo lugar do nós” (BARBERO, 2014, p.34). O cenário ubíquo das mídias sociais digitais reserva uma especial relação com o pensamento de Barbero frente à crescente necessidade de existência e visibilidade a partir das mídias digitais.

Inserida no contexto da cibercultura a educomunicação converte-se em ação política, como parte de um processo de luta por fazer-se reconhecer. É o que a sociedade contemporânea chama de empoderamento; Paulo Freire refere-se a uma educação para liberdade. Porém esse cenário não ocorre de modo disruptivo. Em um país como o Brasil, cuja característica de opressão política e cultural é marcante, observa-se ainda no atual cenário da cibercultura, tentativas e ações em torno da espetacularização de poder midiático sobre os cidadãos, que não se sentem representados nem pelo discurso da escola e nem tampouco pelos discursos políticos e culturais (BARBERO, 2014).

Angústias, medos, dramas sociais, fomentados por uma total incapacidade de olhar para si e construir, com o mundo, relações de diálogos (que pressupõem leitura e escrita – codificação e decodificação) em função da escassez de locais políticos para construção e legitimação dessas falas. Para Sarlo (1998) passamos por um cenário em que a leitura dos signos midiáticos nos impõem uma “complexa articulação de uns modos de ler com outros, entre livros e quadrinhos, vídeos e hipertextos”.

Necessitamos sair das nossas cavernas dogmáticas e enxergar a relação dialógica para além da dicotomia bem/mal. Segundo Barbero:

No início do século XXI, aprender a ler os textos audiovisuais e os hipertextos é condição indispensável da vigência e do futuro dos livros – só se os livros nos ajudarem a nos orientar no mundo das imagens, o tráfico de imagens nos fará sentir a necessidade de ler livros – e parte de um direito cidadão fundamental: o direito

a participar crítica e criativamente na comunicação cidadã (BARBERO, 2014, p. 57).

Como foi dito anteriormente, caminhamos de uma sociedade com sistema educativo para um sociedade de saberes compartilhados. É o que Castells vai chamar de Sociedade em Rede, caracterizada por uma mudança na sua forma de organização social, possibilitada pelo surgimento das tecnologias de informação num período de coincidência temporal com uma necessidade de mudança econômica (a globalização das trocas e movimentos financeiros) e social (CASTELLS, 1999).

Esse deslocamento do olhar social a partir de uma nova configuração do tecido social, ancorada nas práticas tecnológicas digitais – e que chamamos aqui de cibercultura – inaugura novos campos de atuação da escola e legitima a prática de “construção de conhecimento como valor imprescindível para o desenvolvimento social na sociedade em rede, o que reforça a crescente importância do debate e do diálogo no processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica” (DINIZ, 2012, p. 49).

E essa capacidade está diretamente atrelada ao exercício cotidiano de realização de leituras de mundo. Saber ler neste mundo da cibercultura é desenvolver a capacidade de desvendar seus símbolos, amplamente difundidos a partir dos suportes midiáticos e entender as mudanças ocorridas nos modos de circulação e produção do conhecimento. É o que muitos autores chamam de descentramento: “o saber se descentra, em primeiro lugar, em relação ao que foi seu eixo durante os últimos cinco séculos: o livro” (BARBERO; REY, 2014).

Nessa perspectiva apresentamos um breve relato do estudo de caso desenvolvido na perspectiva de ampliar os repertórios de saberes compartilhados, de crianças na faixa dos 5 e 6 anos de idade, trazendo para o cotidiano escolar outros suportes de aprendizagem a partir de uma lógica pautada na organização jornalística das informações nas mais diversas mídias. Para tanto, utilizamos o suporte audiovisual, hipertexto, texto escrito, texto gráfico e produção de entrevistas. Todos esses materiais foram desenvolvidos para uso específico no projeto Comunica Aí, sem finalidade lucrativa.

4. Comunica Aí: estudo das mídias na infância

O Comunica Aí nasceu em 2015, a partir de uma iniciativa do Observatório Rede Cidadã, com o objetivo de levar à educação infantil (alunos do grupo 5) de escolas

públicas e privadas de Feira de Santana as discussões sobre as mídias. A ação aqui descrita ocorreu na Escola João Paulo I, entre os meses de setembro e outubro de 2016, e contou com a participação de 17 crianças com idades entre 5 e 6 anos.

A escolha da escola se deu em função da viabilidade de acesso. O projeto foi apresentado à direção, que prontamente apoiou e abriu os caminhos para que fosse formalizado e integrado à rotina das crianças. O Comunica Aí foi desenvolvido ao longo de 6 semanas, com atividades em sala de aula nas 4 primeiras semanas e nas 2 últimas com o desenvolvimento de atividades dedicadas à produção de material sobre a experimentação e feedback, com a construção de um jornal-mural pelos alunos, com o registro dos principais assuntos discutidos nas mídias trabalhadas: jornal impresso, revista e televisão.

Como cronograma de realização das atividades, adotamos uma temática para cada uma das 4 primeiras semanas trabalhadas, apresentadas a seguir:

- Semana 1: Como reaproveitar o que usamos e cuidados com a coleta do lixo
- Semana 2: Cuidados com a Água
- Semana 3: Obras do BRT em Feira de Santana
- Semana 4: O Espaço, as estrelas e os planetas

Conforme podemos observar no detalhamento acima, para cada encontro semanal foi designado um tema específico, previamente escolhido pelo grupo de crianças. Essas temáticas foram discutidas em um reunião de pauta, proposta entre os pequenos estudantes do grupo 5 da Escola João Paulo I, professora Neila Santos, responsável pela turma e equipe do Comunica Aí. Eles escolheram sobre o que tratariam em função da ideia de relevância dos temas para o universo do grupo.

Fazíamos a discussão dos assuntos escolhidos em sala, sempre acompanhada por algum recurso audiovisual, e em seguida repercutíamos de que modo aquelas informações chegaram até eles, utilizando sites, revistas, jornais e vídeos. A partir desses discursos trazidos pelas crianças – “foi minha mãe quem falou” ou ainda “eu vi na televisão que era assim” – inserimos a ideia do percurso da informação até chegar aos jornais, revistas, rádio ou televisão.

Alguns alunos, de forma espontânea, apresentavam as suas opiniões sobre o tema, e colocavam-se de modo crítico acerca das temáticas levantadas. A partir da segunda

semana isso ficou evidente pois pautas de cunho social e local entraram no campo das nossas discussões: meio ambiente; cuidados com a água; BRT em Feira de Santana. Desse modo, as crianças foram tornando-se cada vez mais familiarizadas no trato da informação jornalística, entendendo também as diferenças entre os formatos midiáticos e que portanto, diferentes habilidades são exigidas durante o processo de leitura midiática.

A cada semana, após as atividades e discussões propostas em sala, os alunos levavam para casa pequenas atividades de pesquisa e coleta de informações, no formato de entrevistas, para serem realizadas com os pais. Como estratégia lúdica, já que se tratavam de crianças de 5 e 6 anos, durante os nossos encontros foi confeccionado um microfone com materiais reaproveitados e cada um dos alunos, após o primeiro encontro e confecção do microne, recebeu um crachá de repórter mirim. Junto com o crachá, foram discutidas as atribuições, direitos e deveres de um repórter mirim e de como a atividade jornalística é importante para o atual cenário democrático que vivemos.

O Comunica Aí inaugurou um esforço de levar para ensino infantil atividades desta natureza. Com muita frequência esse tipo de atividade e/ou ação é destinada a públicos mais velhos. Buscamos iniciar as nossas atividade direcionando-as a um público tão jovem por acreditar que é no ensino infantil que devemos implementar ações/ programas voltados a uma educação midiática, capacitando olhares, saberes e leituras midiáticas.

O projeto aconteceu por dois anos na escola João Paulo I e foi documentado através da produção de um documentário em vídeo, além de variadas produções digitais. Para acessar o acervo completo é necessário visitar o endereço <<https://observatorioredecidada.com>>.

Ao final do projeto, um momento exclusivo para feedback foi criado e as informações coletada através de instrumento ofocial de coleta de informações: a entrevista.

5. Considerações Finais

A partir do atual cenário social de desenvolvimento tecnológico, saberes compartilhados em rede e autonomia dos espaços educativos como redes educativas, percebe-se a importância de estudarmos a AMI com a preocupação em capacitar os indivíduos a um exercício crítico de leitura do mundo, desde a infância.

Trata-se portanto, de um novo olhar que vai dos processos de alfabetização e letramento, até então tradicionais e normativos, a uma nova configuração da aquisição, construção e compartilhamento dos saberes no cenário da cibercultura. Entender as mídias como meios através dos quais o conhecimento circula é apropriar-se desses canais como modos individuais de produção de sentidos, expandindo o conceito de alfabetização para além da aprendizagem do alfabeto, mas sim para uma fluente prática de codificação e decodificação de significantes e significados.

Olhar para esse cenário é assim, estar preparado para as novas demandas sócio-educacionais do século 21, em uma era permeada por um constante e acelerado desenvolvimento tecnológico, cenários ubíquos de convergência e imersão tecnológica e uma crescente cultura participativa.

Referências Bibliográficas:

- BARBERO, Jesus Martín. **A Comunicação na Educação**. Tradutoras: Maria Immacolata Vassalo de Lopes e Dafne Melo. São Paulo: Contexto, 2014.
- BARBERO, J. Martín; REY, G. **Prácticas de comunicación em la cultura popular**. In: SIMPSON, M. *Comunicación alternativa y cambio social em A.L.* México: Unam, 1981.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DINIZ, J. Péricles. **O jornal na escola: estratégias de uso para a formação de novos leitores e a construção de cidadania**. Salvador: EDUNEB, 2012.
- HOBBS, Renee. Disponível em < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/tf_carreira/2018/03/11/tf_carreira_interna,665346/alfabetizacao-midiatica-pode-combater-fake-news-aponta-professora-dos.shtml > Acessado em Abril/ 2018.
- KLEIMAN, Ângela. Contribuições teóricas para o desenvolvimento do leitor. In: ROSING, Tânia; BECKER, Paulo (org.). **Leitura e animação cultural**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- LÈVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÈVY, Pierre. **Inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2009.
- SARLO, B. **Zapping. Escenas de la vida posmoderna**. Buenos Aires: Ariel, 1993.
- UNESCO. **Alfabetização Midiática Informacional (AMI)**, 2013. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf> > acessado em Abril/ 2018.

